



Imigrantes italianos na cidade de São João del-Rei: debates na imprensa e os primeiros anos nos núcleos coloniais

Mariana Eliane Teixeira*

Resumo: A proposta deste artigo é mostrar como ocorreu o assentamento de imigrantes italianos na cidade mineira de São João del-Rei, nos anos que seguem à abolição da escravidão, bem como destacar os percalços pelos quais os imigrantes passaram desde a chegada à hospedaria local, até o assentamento nos núcleos coloniais e sua consolidação no início do século XX. O presente artigo se pauta na leitura e análise de diversos jornais publicados na cidade, que buscavam discutir os motivos e justificativas para a introdução de imigrantes italianos. Além dos jornais locais, outras fontes como as Atas da Câmara e os Registros de Terras foram utilizadas para averiguarmos as dificuldades pelas quais os imigrantes passaram ao serem assentados nos núcleos coloniais e quais eram as principais atividades econômicas a que eles se dedicaram na cidade de São João del-Rei.

Palavras-Chaves: Imigração Italiana / São João del-Rei.

Abstract: The purpose of this article is to show how the settlement of Italian immigrants was in São João del Rei-city, Minas Gerais, Brazil, the years following the abolition of slavery, as well as highlighting the difficulties by which immigrants suffered since the arrival to the local lodging, until the settlement in colonies and its consolidation in the early twentieth century. This article is based on the reading and analysis of several newspapers published in the city which were pretending to discuss the reasons and justifications for the introduction of Italian immigrants. In addition to local newspapers, other sources such as the *Country Records* and the *Land Records* were used to search the struggles by which immigrants endured to be settled in colonies and what the the main economic activities were in which they engaged in São João del Rei.

Key Words: Italian Immigration / São João del-Rei.

* Doutoranda em História pela UFMG. Professora do Instituto Federal do Sul de Minas. marianaufsj@yahoo.com.br



Introdução ¹

Os anos que precederam a abolição do trabalho escravo no Brasil foram repletos de debates políticos que buscavam pensar alternativas para o mundo do trabalho, diante da evidência do fim da escravidão. Esse assunto era pauta importante, já que o país apresentava uma produção econômica marcadamente agrária e sustentada pelo braço cativo há algumas centenas de anos.

Na província de Minas Gerais, a preocupação a respeito dos rumos da mão de obra no país também se fez presente, como pode ser averiguado nos relatórios dos presidentes de província. A leitura desses relatórios mostra que a província mineira estava a par das discussões nacionais e acompanhava com bons olhos as soluções apresentadas pela vizinha São Paulo, que em decorrência da expansão da lavoura cafeeira, apostou na introdução de imigrantes em suas lavouras². Entretanto, apesar de perceber o impacto que o fim do trabalho escravo poderia ter sobre a economia da província, entre as décadas de 1870 e 1880, os presidentes de província contentaram-se apenas em chamar a atenção dos fazendeiros mineiros para a necessidade deles introduzirem imigrantes europeus nas suas lavouras, principalmente na região da Zona da Mata Mineira, onde o café era a principal monocultura.

Apesar dessas investidas discursivas, até meados da década de 1880, Minas possuía apenas três experiências com colônias estrangeiras, que apresentavam sérios problemas ocasionados pela falta de infraestrutura que assegurasse seu desenvolvimento e o escoamento de sua produção (MONTEIRO, 1994). Apesar dos relatórios entusiasmarem os fazendeiros a importar mão de obra de outros lugares, poucos foram os que arcaram com as despesas e introduziram imigrantes em suas lavouras.

Com a promulgação da Lei do Sexagenário, Minas Gerais começou a investir de maneira mais enfática na imigração e colonização e em 1887 passou a prestar auxílio

¹ Este artigo é parte da pesquisa de mestrado da autora, cuja dissertação é intitulada *Ser Italiano em São João del-Rei (1888 – 1914)*.

² Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província de Minas Gerais na sessão extraordinária de 02 de março de 1871. Ouro Preto, Typ. De J.F. de Paula Castro, 1871, página 45.



financeiro aos imigrantes europeus e das ilhas do Açores, Canárias e Tenerife que se estabelecessem na província. Iniciou também a construção de uma hospedaria em Juiz de Fora para receber os imigrantes, um contrato foi firmado com a Sociedade Promotora da Imigração, para que trinta mil imigrantes fossem introduzidos na província, além da proposta de criação de núcleos coloniais às margens das estradas de ferro (MONTEIRO, 1994, p. 23).

Diante disso, podemos constatar que a entrada de imigrantes nas terras mineiras somente se intensificou quando o Estado passou a auxiliar nos custos envolvidos na importação de trabalhadores, o que ocorreu tardiamente, se compararmos com as experiências de colonização de São Paulo e das províncias do Sul do Brasil. Algumas regiões de Minas alocaram imigrantes em colônias ou nos seus respectivos centros urbanos e nessas localidades, a presença imigrante, principalmente italiana, marcou substancialmente a economia e cultura local, como é o caso de Belo Horizonte, Juiz de Fora, Barbacena, São João del-Rei, dentre outras cidades.

A proposta central deste artigo é mostrar como ocorreu a introdução e fixação de imigrantes italianos na cidade de São João del-Rei, cuja presença do braço escravo foi excessivamente marcante, desde os tempo da extração aurífera no século XVIII e de produção agrária e pastoril na primeira metade do século XIX. Por meio da análise das publicações da imprensa local, destacando-se os jornais *A Verdade Política*, *A Pátria Mineira*, *Gazeta Mineira* e *O Resistente*, procura-se entender as jogadas políticas e os discursos que estavam por trás dos incentivadores do núcleo colonial em São João del-Rei. A leitura desses periódicos, bem como as Atas da Câmara Municipal e o Registro de Terras da cidade nos permitiu visualizar as dificuldades encontradas no assentamento dos colonos e os problemas de adaptação dos mesmos às condições econômicas locais, sina comum a tantas outras colônias de imigrantes espalhadas pelo país.



Discussões em torno da vinda de imigrantes italianos à São João del-Rei

São João del-Rei é uma cidade situada na chamada região das Vertentes, à margem do Rio das Mortes³, na província de Minas Gerais. Sua origem está associada ao período da mineração, tendo sido uma das sete vilas do ouro (MALDOS, 2010). Entretanto, o destaque dessa cidade no cenário mineiro não está ligado estritamente à extração aurífera, mas, sobretudo, às atividades comerciais, agrárias e pastoris desenvolvidas depois do arrefecimento da exploração mineratória (GRAÇA FILHO, 2002).

Pós-extração aurífera, São João del-Rei envolveu-se com bastante intensidade em atividades ligadas ao comércio e de caráter agropastoril (RESENDE, 2008, p.39). Na primeira metade do século XIX ela era a principal cidade da mais importante comarca da província mineira: a comarca do Rio das Mortes, pois conectava uma ampla rede de créditos e comércio que envolvia não só as cidades mineiras, mas até mesmo fazendeiros de Goiás e do Mato Grosso. O envolvimento do município em atividades agrárias, manufatureiras e principalmente pastoris, aconteceu devido às suas excelentes terras para pastagem (GRAÇA FILHO, 2002, p.83). Para além de sua produção local, a cidade possuía estreitos vínculos com mercadores da Corte, drenando o crédito e o comércio atacadista da região, gerando laços de dependência com os produtores distantes da província. Grandes fortunas foram construídas na cidade, podendo ser comparadas até mesmo ao pecúlio dos ricos comerciantes do Rio de Janeiro.

Mas na segunda metade do século XIX, São João del-Rei viu seu sistema agrário entrar em declínio. Os motivos estão ligados à divisão dos patrimônios, superação da estrutura produtiva com base na organização familiar, além da diversificação das zonas produtoras de alimentos em Minas Gerais e a concorrência com outras áreas fornecedoras de gêneros agropastoris, como São Paulo, Goiás e Rio Grande do Sul. Por causa desses fatores, nos anos finais do século XIX, a cidade não apresentava a mesma magnitude política e econômica que há um século.

³ O Rio das Mortes, afluente do Rio Grande banha determinadas cidades da região das Vertentes. No início do século XVIII ele foi palco de algumas batalhas durante o confronto entre Paulistas e Emboabas pelo direito de exploração das minas recém descobertas na província de Minas Gerais.



Faz-se importante compreender, ainda que de maneira superficial, a trajetória econômica de São João del-Rei⁴, para assim entendermos como aconteceu a introdução de imigrantes italianos no pós-abolição. Afinal, ainda que a cidade não apresentasse a mesma desenvoltura econômica de outrora, a preocupação com os impactos do possível fim do trabalho escravo na economia local era evidente nos debates da imprensa local.

Os periódicos são-joanenses discutiam sobre o tipo de mão de obra ideal, num momento em que a disponibilidade de cativos dava sinais de esgotamento. Uma análise dos jornais locais, *A Pátria Mineira*, *A Verdade Política* e *Arauto de Minas* mostra-nos o quanto a questão da mão de obra foi debatida e qual era a tônica de todo esse debate. As matérias que buscavam valorizar a imigração como solução para os possíveis problemas advindos com o fim do trabalho escravo estavam fundamentadas na crença de que o imigrante branco europeu era superior ao trabalhador nacional.

De acordo com o historiador Flávio Giarola, os debates estabelecidos nos jornais ao longo da década de 1880 sobre a questão da mão de obra em São João del-Rei, buscavam valorizar o imigrante europeu e desvalorizar o trabalhador nacional (GIAROLA, 2012). Nota-se que não havia qualquer referência às matrizes das teorias racistas orientando os debates, como acontecia, por exemplo, nos debates políticos nas assembleias legislativas da época. A imprensa são-joanense não necessitava citar os nomes de cientistas como, Spencer e Gobineau, para justificar a inferioridade dos negros e superioridade dos brancos. Para o autor, todas essas ideias eram tão condizentes com a mentalidade de uma cidade que se empregou do escravismo em grande escala nas suas relações de trabalho, que dispensava qualquer constatação científica para convencer os seus leitores da superioridade do trabalhador estrangeiro europeu, em detrimento do trabalhador nacional.

As discussões travadas nesses periódicos estavam em sintonia com o contexto nacional. De acordo com Célia Azevedo, as discussões políticas em torno da emancipação dos escravos foram fortemente marcadas pela busca de um trabalhador ideal, projetando no imigrante europeu branco a missão de purificar a raça brasileira. As ideias provenientes das teorias científicas raciais influenciaram nos argumentos desse debate e o trabalhador negro não era mais pensado como apto ao trabalho. Ao contrário, o trabalhador branco,

⁴ A obra *São João del-Rei, uma cidade no império*, organizada por Renato Pinto Venâncio e Maria Marta Araújo dá uma panorama espacial, econômico, político e social da cidade.



proveniente da Europa, era o mais indicado para compor a formação do mercado de trabalho livre no Brasil, pois se acreditava que ele portava e sim o progresso e a civilização (AZEVEDO, 2004).

O jornal *A Pátria Mineira* noticiou assim a chegada dos imigrantes italianos à São João del-Rei:

Os imigrantes

Ainda ontem chegaram homens robustos, mulheres coradas, de cujas faces parecia quererem brotar gotas de sangue. Era belo o espetáculo que se desenhava aos olhos de nós outros, acostumados ao meio quase inerte de uma estagnação com aparência de movimento.

Parece que em cada imigrante víamos uma molécula do progresso a desprender-se do grande corpo de futuro. Aquela massa enorme de estrangeiros afigurava-nos o regaço de uma Cornélia a criar batalhadores do porvir esplendoroso de nossa pátria. Em seus rostos alegres lia-se a esperança que lhes alentava a alma e para essa natureza esplêndida olhavam, como que se casasse com suas lisonjeiras aspirações. Quantos sonhos de ventura não se lhes despertavam no cérebro, em meio às noites mal dormidas nos porões do navio que os expatriava! (...)

(Jornal *A Pátria Mineira*, 04 de dezembro de 1888, nº 27, ano XII, grifo nosso).

“Mulheres Coradas” e “Moléculas do progresso” são expressões que condizem muito bem com os argumentos que sustentavam o debate nacional em torno da vinda de imigrantes, como mostrou os trabalhos de Célia Azevedo. São expressões que evidenciam a preferência por trabalhadores alvos e a crença de que o imigrante europeu era um agente do progresso, ainda que vivesse em situações de pobreza na Europa, como foi o caso de muitos que emigraram.

A chegada dos italianos a São João del-Rei, no final de 1888, parou toda a cidade e foi relatada pelos jornais como sendo um grande espetáculo. A valorização do imigrante permeou todo esse texto do jornal, *A Pátria Mineira*, que obviamente seria lido por várias pessoas na época, haja vista que São João del-Rei apresentava uma imprensa ativa desde o início do Império.

A transformação do trabalho escravo pelo trabalho livre e recompensado é uma medida de alto alcance econômico, que deu sempre aos países civilizados os melhores resultados. (...)

E a imigração é o seu principal fator; com ela vem a educação do povo, o desenvolvimento da agricultura, novas indústrias, enfim, tudo quanto pode concorrer para o engrandecimento de um país.



Revista Latino-Americana de História

Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS

(Jornal A Verdade Política, 06 de dezembro de 1888, ano I, nº12).

As matérias sobre as vantagens em trazer os imigrantes prosseguiram nas semanas posteriores e em jornais de outras cidades. Nesta concepção de pensamento o imigrante traz além dos braços para a lavoura, a educação e o desenvolvimento agrícola e industrial para o país. O Brasil, por ter sustentado por tanto tempo o sistema escravista, era considerado atrasado, pois a servidão obstacularizava seu progresso e desenvolvimento industrial (AZEVEDO, 2004, 51). Esta ideia fazia com que a chegada de imigrantes brancos e europeus fosse celebrada pelos jornais da época com euforia.

Porém, resta saber se a cidade estava preparada para receber os portadores da *molécula do progresso*, para utilizar uma expressão do jornal da época⁵. As matérias publicadas revelam uma preocupação em não descontentar os colonos que chegavam à cidade:

Já está reconhecido quanto vale o trabalho agrícola dos italianos do norte: são trabalhadores fortes, sadios, de bons costumes, que facilmente aclimam-se no Brasil, e principalmente na zona do Oeste, onde o clima é igual ao da Itália, igualmente temperado no verão e menos rigoroso no inverno.

Produzindo todos os cereais que produz a fértil planície do lombardo - vêneto, principalmente a vinha, e conhecendo os colonos que este terreno se presta excepcionalmente para a cultura da videira e da amoreira, muitas famílias em Juiz de Fora manifestaram ao Sr. Carlos Preda, que para lá foi há dias, o ardente desejo de estabelecerem-se aqui, de preferência à mata ou nas plantações de café. (...).

Cumpra agora aos fazendeiros não desmentir este lisonjeiro conceito que estão fazendo de nós os recém-chegados, recebê-los dignamente, dar-lhes trabalho, facilitar-lhes a carreira, suavizar-lhes as primeiras asperezas, enfim, animar-se a entrar corajosamente na fecunda e infalível inovação do trabalho que foi inaugurada nesta zona, que há de trazer-lhe riqueza e a prosperidade de que já se ufana a província de São Paulo. (...).

Convidam-se os fazendeiros a visitar a hospedaria e ao público para examinar o modo por que são tratados os colonos (...).

(Jornal A Verdade Política, 13 de dezembro de 1888, ano I, nº13, *grifo nosso*).

⁵ Sobre a discussão do trabalhador ideal no pós-escravismo, ver as seguintes obras: NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Estrangeiro em sua própria terra**: representações do brasileiro (1870/1920). São Paulo: Annablume, 1998; SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco**: Raça e Nacionalidade no pensamento brasileiro. 2ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1989; AZEVEDO, Célia Maria Marinho. **Onda negra, Medo Branco**: O negro no imaginário das Elites no século XIX. 2ª Edição. São Paulo: Annablume, 2004; CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**, o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Segunda Edição. Editora da Unicamp. São Paulo, Campinas: 2001.



O apelo aos fazendeiros para que se atentassem à alternativa do braço imigrante também é notado no excerto. Afinal, a mão de obra nacional existia com abundância em Minas Gerais, já que durante todo o século XIX a província possuía o maior plantel de escravos do país. Com a promulgação da Lei Áurea, o aproveitamento da mão de obra nacional constituía-se na alternativa mais viável para Minas, principalmente por causa do braço imigrante ter se tornado realidade como recurso de mão de obra tão tardiamente. Enquanto a abolição ocorreu em maio de 1888, apenas em novembro deste ano é que chegaram os primeiros imigrantes a São João del-Rei. Acredita-se que, por isso, muitas matérias tenham um cunho apelativo aos fazendeiros locais no sentido de buscarem os estrangeiros nas hospedarias e alocá-los nas propriedades rurais próximas, empregando-os assim em suas terras.

Era necessário convencer os fazendeiros e as próprias pessoas da cidade sobre as necessidades dos estrangeiros, para assim garantir o crescimento e progresso do município, como se acreditava na época. Em outras palavras, os fazendeiros, industriais e a população em geral deveriam se convencer da necessidade dos imigrantes. Não bastava apenas que essas ideias orientassem as decisões das elites políticas para efetivar a vinda dos estrangeiros. Era preciso que as demais pessoas entendessem essa realidade. Afinal, um grupo de indivíduos de país, língua e cultura diferentes, necessitaria de certa hospitalidade ao chegarem a um país desconhecido. Se a sociedade local não estivesse minimamente convencida da necessidade de tais grupos imigrantes, poderia haver um grande caos ao nível das relações sociais estabelecidas entre *insiders e outsiders*, para utilizar um termo de Norbert Elias (ELIAS, Norbert, 2000).

Todas essas matérias publicadas no sentido de convencer os fazendeiros sobre a presença dos imigrantes têm também outra finalidade. Ao recuperar o histórico de produção econômica de São João del-Rei percebe-se que a cidade não possuía lavoura para exportação e nem necessidade de povoamento, como ocorreu com algumas localidades da província que receberam imigrantes na mesma época. No recenseamento feito em 1872, o município são-joanense apresentou 28008 pessoas morando em todas as freguesias que



compunham o município⁶, o que descaracterizava a região como sendo despovoada. Além disso, nos meses de intervalo entre maio de 1888, mês da abolição, e novembro desse mesmo ano, mês da chegada dos primeiros imigrantes, os fazendeiros tiveram tempo para se adequarem ao fim do regime servil, reaproveitando a mão de obra nacional remanescente direta do escravismo, haja vista que a produção agrícola da região, ainda que em pequena escala, não poderia ser interrompida de vez.

Diante dessas constatações, fica a indagação de quais seriam os reais motivos que justificariam a construção de um núcleo colonial em São João del-Rei? A leitura dos periódicos aponta-nos que os deputados que representavam os interesses locais acreditavam que a presença do imigrante nos núcleos coloniais e nas fazendas da região pudesse reascender a economia da cidade, que naqueles tempos enfrentava uma forte decadência econômica, quando comparada aos tempos de dinamismo comercial e financeiro que a caracterizaram entre o século XVIII e XIX. A possibilidade de a imigração reascender a economia local era reforçada pela crença de que o imigrante branco europeu era o modelo de trabalhador ideal para esse fim, já que ele trazia em si as marcas do progresso e da civilidade, como vimos nas discussões dos periódicos locais.

Na próxima parte deste artigo, avaliaremos como a cidade de São João del-Rei recebeu e assentou os imigrantes, evidenciando as principais dificuldades encontradas nesta empreitada.

Hospedaria e núcleo colonial

No ano final de 1888, São João del-Rei inaugurou uma hospedaria, filial à de Juiz de Fora, recebendo 639 imigrantes⁷, todos eles provenientes da região norte da Itália.⁸ Logo que chegaram à hospedaria, algumas famílias de imigrantes foram contratadas por fazendeiros da região e de cidades próximas, perfazendo um total de sessenta e três indivíduos contratados, ou seja, 10% do total de imigrantes que chegaram. Dos que não foram requisitados para trabalhar na zona rural, alguns ficaram estabelecidos no comércio

⁶ Fonte: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento do Brasil 1872/Imperio%20do%20Brasil%201872.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento%20do%20Brasil%201872.pdf) (acesso em 16/08/2015).

⁷ Fonte: *Jornal A Verdade Política*, 06 de dezembro de 1888, Ano I, nº12.

⁸ Fonte: *Jornal A Verdade Política*, 13 de dezembro de 1888, Ano I, nº13. Os imigrantes eram provenientes de Ferrara, Bolonha, Verona, Treviso, Rovigo, Ravenna, Mantua, Vicenza, Veneza, Pavia e Cosenza..



da cidade e 86% foram destinados à colônia. O núcleo colonial ficava delimitado pelo Rio das Mortes e pelo Rio Carandaí. Dividia-se em colônia do Marçal, colônia do Recondengo, colônia José Theodoro e Bengo.

Tabela 1: Distribuição dos imigrantes por localidade- 1888

Para o núcleo Colonial	548
Para a fazenda do Sr. José C. Pereira Sobrinho	12
Para Perdões de Lavras	5
Para fazenda do Sr. Francisco Ribeiro neste município	9
Para a fazenda do Sr. Aureliano Caldas neste município	17
Para a fazenda do Senhor Francisco Gabriel, neste município	20
Empregados em diversas casas nesta cidade	21
Falecido	1
Total	639

Fonte: Jornal *A Verdade Política*, 13 de dezembro de 1888, Ano I, nº13.

Na edição de 13 de dezembro de 1888, o jornal *A Verdade Política* colocou também uma matéria sobre a maneira como era organizada a hospedaria detalhando sua rotina diária. Segundo consta, o Sr. Carlos Preda, italiano da região norte, residente em São João del-Rei há oito anos, era o encarregado da parte da chancelaria da administração. Por ser italiano, ele fazia toda a comunicação com os diferentes *patoás* das províncias do Piemonte, Lombardia, Vêneto e Tirol. Já a organização e limpeza da hospedaria ficavam nas mãos de outro encarregado incumbido de executar as ordens do diretor da hospedaria, o Sr. Severiano de Rezende. A cozinha era responsabilidade de dois italianos; às oito horas da manhã era servido café à vontade e um pão para cada pessoa. Às onze horas servia-se um pão, sopa, carne cozida ou ensopada e polenta. Às cinco horas da tarde era servido o jantar composto de pão, carne ensopada ou assada, arroz, feijão etc. Os doentes eram visitados por caridosos locais e também por médicos, que prestavam todos os socorros necessários.



A situação na hospedaria não era tão aprazível como queria demonstrar o jornal. As condições insalubres do lugar intensificaram os casos de varíola pouco tempo depois de chegados os primeiros imigrantes. A epidemia fez com que a primeira hospedaria se transformasse num lazareto para recuperação dos doentes e os imigrantes sadios fossem transferidos para outro local.⁹ Nesta nova hospedaria, as condições de acolhimento das famílias eram tão ruins e a organização tão precária que, segundo os jornais *O Arauto de Minas*, *Gazeta Mineira* e *A Verdade Política*, um grupo de imigrantes ameaçou a cidade prometendo mão armada contra a mesma. A situação alarmou tanto a cidade que na reunião de vereadores da Câmara Municipal do dia trinta de abril de 1889, o vereador Augusto Muller indicou que se mandasse um ofício ao Presidente da Província pedindo-lhe enérgicas providências no sentido de restabelecer a paz e o sossego das famílias da cidade. Segundo ele, as famílias eram ameaçadas a cada instante pelos imigrantes domiciliados na hospedaria de Matosinhos, imigrantes esses que haviam prometido publicamente assaltar a cidade a qualquer hora.¹⁰

Ainda que as ameaças não tenham chegado às vias de fato, a situação ferveu os ânimos da sociedade local, fazendo com que o Presidente da Província de Minas Gerais se dignasse a ir até São João del-Rei para resolver o caso. Junto com ele foi também uma escolta militar que rendeu os supostos imigrantes subversivos e despachou-os para a corte, depois de passarem uma noite na cadeia local.

Nenhum jornal chegou a citar os nomes dos indivíduos que foram para a corte para uma possível realocação ou expatriação. Não foi encontrada nem mesmo uma ocorrência policial, em meio aos processos criminais do acervo judiciário de São João del-Rei, que relate esses problemas ou pelo menos a noite em que o grupo de imigrantes dormiu na cadeia da cidade. Contudo, pelas matérias publicadas nos periódicos, ainda que revestidas de discurso político, e com base nas discussões da Câmara nesse período, podemos comprovar que realmente houve a intenção por parte de alguns imigrantes, em se manifestar contra os abusos sofridos nos primeiros meses em São João del-Rei. Que fique bem claro que foram alguns imigrantes e não a maioria deles. O fato é que, o grupo de

⁹ Atas da Câmara Municipal de São João del Rei, nº 34, sessão ordinária de 2 de fevereiro de 1889 – Biblioteca Municipal Batista Caetano.

¹⁰ Atas da Câmara Municipal de São João del Rei, nº 34, sessão ordinária de 30 de abril de 1889 – Biblioteca Municipal Batista Caetano.



imigrantes brancos, ordeiros, que mais se assemelhavam a *moléculas do progresso e da modernidade* não aceitava de braços cruzados as dificuldades dos anos iniciais de vida em São João. Tais manifestações e protestos realizados por alguns deles soou estranho e repercutiu de maneira estrondosa entre a população são-joanense e principalmente entre os jornais, afinal, dias antes, o teor das matérias referentes aos imigrantes era apenas no sentido de valorizá-los.

Problemas estruturais e endemias como essas assolaram outras hospedarias de imigrantes pelo Brasil afora. Em Juiz de Fora, os jornais noticiaram o desmazelo no funcionamento da hospedaria de lá, alegando que ela não possuía as acomodações necessárias, sem deixar de mencionar a falta de cuidados básicos de higiene e precariedade da alimentação. Segundo Mônica Ribeiro de Oliveira, entre 1889 e 1894, a cidade vivenciou três epidemias de varíola e cólera, de intensidade tão grande que a hospedagem foi isolada por um cordão sanitário (OLIVEIRA, 1991).

Após alguns dias na hospedaria, os imigrantes que não eram requisitados por fazendeiros locais e nem encontravam trabalho imediato na cidade, eram direcionados para o núcleo colonial, localizado nas imediações da cidade. O núcleo deveria ser um conjunto de terras, com loteamento demarcado para cada família imigrante cultivar insumos agrícolas que melhor se adequassem à região e tivessem também uma casa de morada. Contudo, assim que as primeiras famílias chegaram ao núcleo, iniciaram-se as queixas quanto à sua organização.

Essas queixas, noticiadas pela imprensa de São João del-Rei mencionavam as condições aviltantes do alojamento dos imigrantes. Ao invés de casas, como era esperado, eles encontraram galpões mal construídos para abrigá-los, falta de utensílios domésticos e os víveres fornecidos para a alimentação achavam-se em péssimo estado de conservação. Além disso, o médico passava na colônia uma vez por semana não dando prazo dos medicamentos chegarem a tempo de salvar alguns doentes.

Mais tarde a situação piorou. O jornal *A Verdade Política* noticiou o crescente número de imigrantes pedintes espalhados pela cidade.¹¹ Eram famílias que não haviam

¹¹ Jornal Verdade Política, 03 de janeiro de 1888, Ano I, nº16.



conseguido emprego, nem nas fazendas, nem na cidade e não encontraram meios de sobreviver no núcleo colonial escolhendo viver nas ruas da cidade.

Essa situação percebida na colônia italiana em São João del-Rei infelizmente não destoa do restante do Brasil. Nos núcleos coloniais do sul do país, nas colônias Conde d'Eu, Dona Isabel e Caxias, os imigrantes também encontraram enormes dificuldades, tais como a distribuição de víveres e manutenção de subsídios (LUCHESE, 2010). Essas regiões coloniais eram formadas por matas e algumas delas habitadas por indígenas. Os colonos para se assentarem ali, tiveram que abrir clareiras nas matas, utilizar a madeira para construir moradas provisórias, se alimentar de pinhões, da caça e da coleta, até começarem a produzir nas terras (IOTTI, 2010).

Já nas fazendas de café do Estado de São Paulo, as famílias imigrantes passaram por inúmeros tipos de abusos ligados principalmente aos seus contratos de trabalho. Muitos fazendeiros ainda acostumados ao trato com o escravo, que nada recebia em troca pelo seu trabalho, não pagavam com justiça o trabalho das famílias contratadas para a lavoura. Elas podiam receber pelo trato no cafezal, pela quantidade de café colhido ou receber pela venda dos gêneros de subsistência plantados nas fileiras do café. Mas o que ganhavam era insuficiente para que elas realizassem o sonho que motivou muitas delas a atravessar o Atlântico, que era adquirir seu próprio pedaço de terra. Por isso eram comuns as fugas das fazendas, o regresso à Itália e mobilidade para os centros urbanos mais próximos (ALVIM, 1986).

Voltando à experiência colonial de São João del-Rei, depois de instalados e com os respectivos lotes demarcados, os imigrantes depararam-se com problemas de outra natureza, pois as terras a eles destinadas não eram tão boas para a agricultura como se pensava, servindo originalmente para pastagem. Já as terras das encostas do rio poderiam ser úteis para o cultivo da videira, mas esta cultura, assim como a criação de gado para aproveitamento das pastagens, exigia um prévio capital financeiro, sendo, portanto, atividades desenvolvidas por poucas famílias.

Como o terreno do núcleo colonial ficava às margens do rio, algumas famílias investiram no ramo da olaria, na fabricação de dormentes, lenha, carvão e cal, sendo que boa parte desta produção foi prontamente vendida à Cia. da estrada de Ferro Oeste de



Minas. Aquelas que insistiram na agricultura conseguiram sobreviver vendendo hortaliças na cidade.

Tabela 2: Produção do núcleo colonial referente ao ano de 1890:

Milho	4.911 alqueires
Feijão	170 alqueires
Arroz	557 alqueires
Batata Inglesa	77 alqueires
Café	4 arrobas
Cana	1 carro
Marmelos	13 mil
Uvas	300 Kg
Mandioca	3 carros
Pêssegos	1 mil
Trigo	2 alqueires

Fonte: *Jornal Gazeta Mineira*, SJDR, 29 de abril de 1891, Ano VIII, - Número 343.

De acordo com os colonos, o trigo não adaptou bem à região, justificando assim sua baixa produtividade e a uva poderia aumentar a produção nos próximos anos. No que se refere à criação de animais, os colonos possuíam quarenta e quatro cabeças de gado vacum, treze de cabrum, noventa e três de cavalar, oitenta e três de suínos e três de lanígero. Havia no núcleo um grande número de moinhos construídos com a finalidade de beneficiar o milho, três olarias. Em quase todas as casas havia grandes hortas que abasteciam a cidade com hortaliças frescas e sadias.¹²

Segundo o jornal *Gazeta Mineira*, de 29 de abril de 1891, nesse ano moravam no núcleo noventa e sete famílias compostas de quatrocentos e setenta e nove indivíduos, todos italianos, sendo duzentos e dez adultos e duzentos e sessenta e nove menores. Do total, cento e dois eram homens válidos e “ótimos trabalhadores”; cento e oito mulheres e

¹²

Jornal Gazeta Mineira, SJDR, 29 de abril de 1891, Ano VIII, - Número 343.



cento e quatro crianças do sexo masculino e cento e vinte nove do sexo feminino. No ano anterior, havia nascido quarenta e quatro crianças, sendo vinte do sexo feminino e vinte e quatro do sexo masculino.

O estado sanitário do núcleo, segundo consta nos noticiários da imprensa, era bom e não havia ocorrido nenhum caso de influenza, incômodo que afligiu a cidade de São João del-Rei e regiões circunvizinhas naquele período. Os únicos problemas de saúde mais comuns foram digestivos e pulmonares. Em setembro de 1891, o médico do núcleo colonial, Dr. Afonso de Azevedo, propôs aos imigrantes que fosse criada uma sociedade de auxílios mútuos com o objetivo de socorrer os sócios com remédios. Pela leitura dos jornais, a ideia de uma Sociedade Mutualista não surgiu por parte do grupo de imigrantes. O médico, Dr. Afonso, vendo os problemas enfrentados pelos colonos, principalmente quanto ao custeio de remédios, convenceu os mesmos da necessidade de se unirem e contribuírem mensalmente para a formação de um fundo social. Diante dessa proposta, os imigrantes noticiaram nos jornais locais e convocaram os demais para uma reunião que se realizou na tarde de domingo, do dia vinte e cinco de outubro de 1891, numa sala anexa à Loja da Barateza, situada na Rua Municipal. Todos os anúncios e avisos da sociedade mutualista dos imigrantes italianos de São João del-Rei podem ser acompanhados pelos jornais da época.

O resultado da primeira reunião foi noticiado na edição subsequente do jornal, *A Pátria Mineira*. Segundo consta compareceram cerca de quarenta colonos. Para a redação dos estatutos nomeou-se uma comissão que continha tanto os imigrantes que habitavam as colônias, como imigrantes que habitavam a região urbana de São João del-Rei. A associação criada foi batizada com o nome de Sociedade Italiana de Mútuo Socorro *Figli Del Lavoro*¹³.

A Sociedade Italiana *Figli del Lavoro* atuou em São João del-Rei durante muitos anos e seu desempenho foi constantemente noticiado nos periódicos da cidade. Sua sede ficava próximo às imediações da *Fábrica de Tecidos São-joanense*, na Avenida Leite de Castro. Posteriormente passou a ser na Rua Cristóvão Colombo. A associação preparava diversas atividades para adquirir renda, tais como corridas de cavalos, leilões e

¹³ Jornal A Pátria Mineira, 29 de outubro de 1891.



campeonatos de tiro ao alvo. Além disso, organizava também as festas do dia 20 de setembro (data em que se comemora a anexação de Roma ao reino italiano) e convocava todos os italianos para juntarem contribuições para quando a Itália se via envolvida em alguma catástrofe ou guerra. Os jornais anunciavam todas as mudanças ocorridas na mesa administrativa da sociedade, inclusive as possíveis desavenças entre os sócios.

Infelizmente não foi encontrado nenhum documento sobre a Sociedade Italiana de São João del-Rei. Tudo o que sabemos foi coletado dos jornais e de conversas informais com descendentes de imigrantes. Pelo que constamos, durante a Segunda Guerra Mundial toda sua documentação, tais como atas, estatutos, quadros etc, foram incendiados, anulando as possíveis pesquisas com essa mesma documentação. De acordo com Claricia Otto, nesse período que corresponde ao segundo conflito mundial, boa parte do material em língua italiana existente no Brasil foi apreendida. A documentação das escolas Dante Alighieri em Santa Catarina, região estudada pela autora, também foi apreendida nesse mesmo contexto (OTTO, 2006, p. 116).

Retornando a discussão sobre a produção agrícola do núcleo colonial, os imigrantes que insistiram na produção de frutas, verduras, flores e até mesmo bordados, ainda que em pequena escala, podiam vender seus produtos no Mercado Municipal, que fora construído em 1893 para esta finalidade. Durante muitas décadas posteriores, os imigrantes e seus descendentes saíam pela madrugada, carregados de cestas, rumo ao mercado municipal da cidade a fim de venderem os frutos de sua produção.

A direção da colônia italiana mudava de tempos em tempos e o novo diretor fazia questão de publicar um relatório anual de tudo aquilo que era produzido no núcleo. Em agosto de 1896, o Coronel João José Pinheiro assumiu a direção e ao final do ano publicou no jornal, *O Resistente*, o relatório anual¹⁴. Segundo o relatório toda a produção da colônia havia chegado a cento e seis contos de réis (106:000\$000), sendo setenta e dois contos (72:000\$000) de produtos da lavoura e trinta e quatro contos (34:000\$000) resultantes da fabricação de telhas e tijolos, tudo isso vendido na cidade de São João del-Rei.¹⁵

¹⁴ Jornal *O Resistente* – Órgão do comércio, da indústria e da lavoura, SJDR, 31 de dezembro de 1896, Ano II, - Número 71.

¹⁵ Para se ter uma ideia do quanto representava essa quantia de dinheiro na época, em março de 1897, 40 litros de arroz custava vinte mil réis (20\$000).



Dez anos depois de instalada a colônia italiana em São João del-Rei, o mesmo jornal, *O Resistente*, publicou uma matéria sobre a produção do núcleo referente ao ano de 1898, que foi bastante interessante para compararmos juntamente com os relatórios anteriores. O balanço feito pelo diretor, Coronel João José Pinheiro, enviado ao senhor Inspetor da Repartição de Terras e Colonização, relativo ao ano de 1898 constou o seguinte:

No referido ano foram construídas 10 casas, sendo 09 para colonos novamente entrados no núcleo e 1 para escola edificada no lote nº 14 da colônia José Theodoro. Importaram todas em 5.998\$000. Acham-se atualmente ocupados 188(?) lotes por igual número de famílias localizadas com 664 pessoas, 345 estrangeiros e 319 brasileiros, mas incluindo no número destes os filhos daqueles aqui nascidos e que são registrados como nacionais. Imigraram para o núcleo no período relatado 32 colonos e saíram dele 22 tendo havido oito óbitos e 31 nascimentos. O valor da produção agrícola subiu a 78:750\$000 e o da fabricação de tijolos, telhas e etc a 50:400\$000; perfazendo um total de 129:150\$000. Existem, além disso, no núcleo 100 animais cavalares para o custeio dos trabalhos agrícolas dos colonos, computados em 5:000\$000; 350 cabeças de gado, representando 2:000\$000; 208 porcos no valor de 2:000\$000; e 2500 cabeças de aves que se podem avaliar em 1:500\$000; somando tudo 29:500\$000. O custo da propriedade de raiz e suas benfeitorias em bom estado de conservação é de 79:950\$000 e montam a 3.000.000 de metros quadrados os terrenos lavrados para a cultura de cereais e outras, tendendo ainda a argumentar.

(Jornal O Resistente – Órgão do comércio, da indústria e da lavoura, SJDR, 12 de janeiro de 1899, Ano IV, - Número 175).

Se compararmos esses resultados de 1897 com os resultados anteriores, já relatados em outro momento do texto, a colônia apresentou um crescimento satisfatório para que suas famílias tivessem um pouco mais de estabilidade. O número de colonos passou de duzentos e dez em 1891, para trezentos e quarenta e cinco. Este aumento do número de colonos pode ser explicado pela reprodução dos próprios imigrantes e também pela quantidade de brasileiros que, aos poucos, foram mudando para as regiões coloniais, como fica claro na análise dos Registros Torrens. Além de tudo isso, a produção agrícola e de bens manufaturados como telhas e tijolos apresentou crescimento, arrecadando cerca de 129:150\$000. Esse número também foi maior que o relatório do ano de 1896, no qual a arrecadação fora de 106:000\$000. Quanto à criação de animais também notamos melhorias. Antes os imigrantes possuíam quarenta e quatro cabeças de gado, noventa e três



animais cavalares e oitenta e três suínos; seis anos depois o número subiu para trezentos e cinquenta cabeças de gado, com animais cavalares, duzentos e oito suínos e ainda apresentaram duas mil e quinhentas cabeças de aves. O grupo escolar demorou um pouco a ser construído, visto que houve manifestações a seu favor no ano de 1891, mas somente em 1897 sua construção foi concretizada.

Nos Registros Torrens de São João del-Rei, nos quais foram registradas as concessões dos lotes e das casas pelo Estado de Minas aos colonos imigrantes, verifica-se que os Rios Carandaí e das Mortes, além de dividirem as colônias, faziam a divisa dos diversos lotes concedidos.¹⁶ Essa forma de registrar as terras também permitiu mapear a vizinhança de cada colônia, visto que além da descrição do lote, existia também a definição dos respectivos confrontantes.

Outro ponto que notamos na análise desses livros foi que muitos imigrantes, ao receberem o lote do Estado, repassaram-no a terceiros, não utilizando o terreno e a casa para fixarem residência. Das noventa e três primeiras concessões de lotes feitas pelo Estado aos colonos, que vão de 1907 até 1914, cerca de 18% dos terrenos foram vendidos quase que imediatamente após a concessão, para outros italianos e oriundos, ou até mesmo brasileiros. Alguns chegaram também a dividir a porção de terra recebida e vender apenas parte dela.

A análise dos livros Torrens revela que a configuração dos lotes foi mudando com o decorrer dos anos. Muitos imigrantes acabaram vendendo os terrenos recebidos, ou dividindo-os de acordo com as suas necessidades, fazendo com que alguns lotes ficassem maiores ou menores, em decorrência das divisões e das vendas efetuadas. Nos anos iniciais de intensa dificuldade para sobreviverem, era compreensível que algumas famílias fizessem renda com as possessões concedidas pelo Estado. Sem contar que a configuração social da própria colônia mudava com essas vendas e divisões, visto que muitos brasileiros passaram a viver naquelas localidades juntamente com as famílias italianas.

Em síntese, fica evidente que o assentamento dos imigrantes no Núcleo Colonial de São João del-Rei foi extremamente difícil, o que infelizmente não faz de São João del-Rei uma exceção, já que nos demais núcleos coloniais espalhados pelo Brasil, a situação de

¹⁶

Registro Torrens – registro de terras, São João del-Rei, 1904, caixa 20. Arquivo do IPHAN.



descaso das autoridades para com os imigrantes repetiu-se. Demorou quase uma década para que o núcleo apresentasse um pouco mais de estabilidade nas suas produções agrícolas e manufatureiras garantindo a subsistência das famílias que lá viviam. Mas as limitações encontradas fizeram com que muitas delas vendessem seus lotes e se mudassem, para tentar a vida em outros lugares. Alguns foram para a região onde estava sendo construída a nova capital da província, Belo Horizonte, outros se mudaram para as imediações urbanas de São João del-Rei, trocando a agricultura e a pecuária do núcleo pelo comércio ou as incipientes atividades industriais da cidade.

Conclusão

Ao contrário de outras províncias brasileiras, como São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Espírito Santo, Minas Gerais aderiu tardiamente às políticas imigratórias, tendo feito a transição do trabalho escravo para o livre contando basicamente com a mão de obra nacional. Apesar dessa inserção tardia, o governou auxiliou com mais ênfase a introdução de imigrantes, a partir de 1888, subsidiando passagens, construindo hospedarias, dentre outras medidas. Isso possibilitou que algumas regiões do Estado pudessem contar com o braço imigrante na formação do seu mercado de trabalho livre e nessas regiões, os imigrantes marcaram a seu modo a economia e sociedade local, como foi o caso de São João del-Rei.

Este artigo procurou mostrar os argumentos que sustentaram as discussões daqueles que defendiam a existência de uma colônia italiana na cidade de São João del-Rei. Notou-se pela leitura dos jornais publicados na cidade, que o motivo principal para que ela comportasse uma colônia estava ligado à possibilidade de que a economia da cidade voltasse a prosperar como em outros tempos. Coadunando com isso, havia no pensamento da época a ideia de que os imigrantes europeus portavam o progresso, a modernidade e a civilização, adjetivos suficientemente fortes para convencer as autoridades locais de que eles eram necessários para o desenvolvimento da cidade. Vale lembrar que este contexto estava vinculado a uma corrente de discussões muito forte no final do século XIX no Brasil que buscava valorizar amplamente o trabalhador imigrante, num contexto de posituação



da ideia de trabalho, desvalorização do trabalhador nacional e preocupação com a construção da nação.

O núcleo colonial em São João del-Rei veio atender a estas expectativas, embora na realidade não tenha sido assim. De acordo com os registros da hospedaria, poucos fazendeiros se mobilizaram para levar os italianos para suas fazendas, sendo a maioria destinada ao núcleo colonial. Nos seus respectivos lotes, as condições enfrentadas pelas famílias para sobreviver nos primeiros anos foram adversas, pois a administração do núcleo era precária e os imigrantes não contavam com recursos extras para investir nas terras. Muitos optaram pela venda de parte dos lotes, para assim iniciarem alguma atividade que lhes permitisse sobreviver. Outros venderam todo o terreno e se mudaram para a área urbana, abrindo seu próprio negócio, ou migrando para outras regiões do Estado.

Aqueles imigrantes que ficaram se dedicaram à criação de animais, já que as terras da região eram originalmente boas para pastagem, e ao cultivo de hortaliças que abasteciam a região urbana de São João del-Rei. Todavia, a produção desses que se tornaram agricultores era insuficiente para fazer com que a cidade recuperasse o dinamismo econômico que tivera dentro do Estado em outros tempos, garantindo apenas a sobrevivência das famílias italianas e possivelmente frustrando as expectativas daqueles que depositaram nos imigrantes uma missão que não lhes era possível levar adiante.

Fontes documentais mencionadas

Atas da Câmara Municipal de São João del-Rei, nº 34, sessão ordinária de 2 de fevereiro de 1889 –Biblioteca Municipal Batista Caetano.

Atas da Câmara Municipal de São João del-Rei, nº 34, sessão ordinária de 30 de abril de 1889 –Biblioteca Municipal Batista Caetano.

Jornal Verdade Política, 03 de janeiro de 1888, Ano I, nº16.

Jornal A Verdade Política, 13 de dezembro de 1888, ano I, nº13.

Jornal Gazeta Mineira, SJDR, 29 de abril de 1891, Ano VIII, - Número 343.



Revista Latino-Americana de História

Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS

Jornal A Pátria Mineira, 29 de outubro de 1891.

Jornal O Resistente – Órgão do comércio, da indústria e da lavoura, SJDR, 31 de dezembro de 1896, Ano II, - Número 71.

Jornal O Resistente – Órgão do comércio, da indústria e da lavoura, SJDR, 04 de março de 1897, Ano II, - Número 80.

Jornal O Resistente – Órgão do comércio, da indústria e da lavoura, SJDR, 12 de janeiro de 1899, Ano IV, - Número 175.

Registro Torrens – registro de terras, São João del-Rei, 1904, caixa 20. Arquivo do IPHAN.

<http://biblioteca.ibge.gov.br> (Acesso em 12 de abril de 2011)

Bibliografia

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. **Onda negra, Medo Branco**: O negro no imaginário das Elites no século XIX. 2ª Edição. São Paulo: Annablume, 2004.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**, o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Segunda Edição. Editora da Unicamp. São Paulo, Campinas: 2001.

ELIAS, Norbert. **Os Estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GIAROLA, Flávio Raimundo. **As representações da mão-de-obra**: Escravos, imigrantes e trabalhadores nacionais nos discursos dos políticos sanjoanenses (1871 – 1889). Rio de Janeiro, Multifoco, 2012.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A Princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais** -São João Del Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002.

IOTTI, Luiza Horn. Imigração e poder: a palavra oficial sobre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (1875 – 1914). Caxias do Sul, RS: Educs, 2010.

LANNA, Ana Lúcia. A transformação do Trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1970 – 1920. Campinas, editora da UNICAMP: 1989.

LUCHESI, Ângela Terciane. **Autoridades locais e imigrantes italianos**: conflitos e consensos. História, 2010, vol. 29, nº 1, p. 308 – 327. Disponível em <http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/> (Acesso em 13 de abril de 2011 -).



Revista Latino-Americana de História

Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS

MALDOS, Roberto. Formação urbana da cidade de São João del-Rei. Disponível em www.saojoaodelreitransparente.com.br (Acesso em 16 de setembro de 2010).

MARTINS, Roberto. **A economia escravista em Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1980.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Estrangeiro em sua própria terra**: representações do brasileiro(1870/1920). São Paulo: Annablume, 1998.

OLIVEIRA, Mônica R. de. **Imigração e industrialização**: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854 – 1920). (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói: 1991.

OTTO, Clarícia. **Catolicidades e Italianidades**: Tramas e poder em Santa Catarina (1875 – 1930). Florianópolis: Insular, 2006.

RESENDE, Edna Maria. **Entre a Solidariedade e a Violência**: Valores, comportamentos e a lei em São João del-Rei, 1840-1860). São Paulo: Annablume, 2008.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco**: Raça e Nacionalidade no pensamento brasileiro. 2ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1989.

*Artigo recebido em 25 de setembro de 2013.
Aprovado em 29 de setembro de 2015.*